

**OPINIÃO****China: a Saúde Global como diplomacia**

Nuno Canas Mendes, Professor de Relações Internacionais no Instituto de Ciências Sociais e Políticas e Presidente do Instituto do Oriente e Nuno Veludo, Investigador em Sociedade, Risco e Saúde

18 Março 2021, 00:08

A Saúde Global é hoje uma arena de exposição privilegiada da competição e das assimetrias. O grande desafio está em encontrar as condições que permitam um acesso mais equitativo, desejavelmente universal, às vacinas, através da cooperação entre Estados, instituições internacionais, empresas e sociedade civil.

Com a escassez de vacinas a nível global, concentradas em alguns, poucos, países, o jogo da procura e oferta das mesmas tem sido o espelho de dinâmicas geopolíticas de competição e influência, algumas delas preexistentes à pandemia da Covid-19 e por ela intensificadas. A China ilustra bem esta tendência, conjugando assertividade diplomática, rapidez de resposta e capacidade de aproveitar os vazios do sistema internacional.

Ao atual ritmo de vacinação, serão necessários cerca de 4,7 anos para cobrir 75% da população mundial com uma vacina de duas doses; 5,8 mil milhões das 8,2 mil milhões de doses compradas a nível mundial estão na posse de países mais ricos. Nas últimas duas décadas, apenas 1% da ajuda anual à Saúde Global foi dedicada à prevenção de pandemias. Estes números revelam uma brutal desigualdade no acesso e ritmo da vacinação.

Vários países como a Rússia, China e Índia têm estado a preencher esta lacuna. A China, por exemplo, tem fornecido vacinas através de doações, vendas e até mecanismos de financiamento associados. A campanha de diplomacia das vacinas do estado chinês é ambiciosa: prometeu cerca de 500 milhões de doses das suas vacinas a mais de 45 países. As farmacêuticas chinesas afirmam serem capazes de produzir pelo menos 2,6

mil milhões de doses este ano, o que fará com que uma grande parte da população mundial possa ser inoculada não com vacinas ocidentais, mas com vacinas de origem chinesa.

O caso do Chile ilustra bem a capacidade chinesa para responder às necessidades de países do Sul global. Este país recebeu muito menos doses da vacina americana da Pfizer do que havia sido prometido inicialmente.

No mês seguinte ao início do seu programa de vacinação, no final de dezembro de 2020, apenas cerca de 150.000 dos 10 milhões de doses de Pfizer haviam chegado ao Chile. Marcando o contraste, no final de janeiro deste ano, a empresa chinesa Sinovac Biotech disponibilizou quatro milhões de doses de vacinas que o Chile começou a inocular à sua população de 19 milhões de pessoas. O país tem agora das maiores taxas de vacinação per capita do mundo, de acordo com a Universidade de Oxford.

No Sudeste Asiático, Pequim é fornecedor de vacinas de vários países como as Filipinas, Mianmar, Laos, Camboja e Indonésia. O Vietname, em contrapartida, recusa as vacinas chinesas e tem produção própria. Esta rejeição tem por base argumentos de segurança nacional vietnamita tendo por foco a disputa territorial do Mar do Sul da China. A disponibilização de vacinas e de equipamento variado foi aliás recebido na região com uma reação ambivalente: se por um lado a ajuda era bem-vinda, por outro lado, acentua a preocupação com o reforço da influência chinesa.

Já o Paquistão, no início de fevereiro, recebeu meio milhão de doses da vacina chinesa Sinopharm. O embaixador chinês no Paquistão declarou-a uma “manifestação de irmandade”. Embora esta doação apenas cubra 0,1% da população, o estado chinês demonstra assim grande agilidade e uma seleção estratégica dos alvos.

Estes três casos ilustram os interesses geopolíticos em jogo. No caso do Chile, a China posiciona-se face aos Estados Unidos, seu rival global. No caso do Paquistão, a China posiciona-se regionalmente face à Índia (em particular na disputa diplomática do fornecimento de vacinas aos países mais pobres). No que toca às tensões no Mar do Sul da China, a rivalidade com os Estados Unidos e a Índia fica também exposta já que o Sudeste Asiático é uma zona para onde convergem os interesses destas três potências.

A entrada das vacinas chinesas no espaço europeu por via da Hungria, República Checa e Sérvia é também demonstrativa das intenções e capacidade de influência chinesa noutras latitudes. A China oferece envios iniciais de um milhão de doses, a serem entregues dias após a assinatura de contratos, em flagrante contraste com os meses de atraso das vacinas de origem ocidental.

Depois de assinar o contrato, Viktor Orbán, elogiou o governo de Pequim, dizendo que a Hungria estava “grata à República Popular da China e ao Presidente Xi pessoalmente por toda a ajuda”, destacando a dimensão política desta relação económica entre a China e a Hungria. Através destes exemplos, torna-se evidente que a China tem firmado, também na área da saúde, uma posição crescentemente competitiva.

Esta postura não é recente. A *nova rota da seda*, projeto conhecido pelo nome Belt and Road Initiative (BRI), aposta na promoção do que chama de *interconectividade* que se põe em prática através de grandes obras e vias de comunicação, abrindo caminho para um novo recurso agora mais procurado: uma vacina.

Ao comparecer, a China advoga tratar os países em desenvolvimento com uma perspetiva de desenvolvimento cooperativo e multilateral. De sublinhar que, na mesma senda, a China tem aumentado sensivelmente a sua margem de manobra no seio de algumas instituições multilaterais, como a OMC, o FMI, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste sentido, o Presidente Xi afirmou que as vacinas chinesas poderiam ser um bem público global, o que, desde logo, levanta o problema do acesso às mesmas. Esta afirmação tem um consabido contexto: a opção entre uma abordagem adaptativa, ajustando o statu quo aos seus objetivos, e uma abordagem transformativa, em que a China possa substituir os Estados Unidos na disponibilização de bens públicos globais.

Assim, assegurar a aprovação das vacinas produzidas na China por entidades internacionais será uma medida de grande alcance para fazer valer os interesses económicos chineses. Atualmente, a China detém 11% do mercado farmacêutico mundial. A diplomacia das vacinas pode ser um marco determinante na instalação de capacidade industrial e de reputação no mercado internacional, caso as vacinas tenham o sucesso esperado. Para o alcançar, é crucial a aprovação da OMS para as vacinas chinesas esperada para este mês.

O exemplo chinês é apenas mais um na disputa internacional pela aquisição e produção de vacinas. A Saúde Global é agora uma arena de exposição privilegiada da competição e das assimetrias, com um evidente impacto sobre a vida de milhões de pessoas. O grande desafio a enfrentar é assim encontrar as condições que permitam um acesso mais equitativo, desejavelmente universal, às vacinas, através da cooperação entre Estados, instituições internacionais, empresas e sociedade civil.

Para aumentar a eficácia desta cooperação, tornou-se urgente repensar os seus termos e meios operacionais, superando um modelo que revela desajustamentos e disfunções. Acreditamos que este passo será indispensável para uma mais rápida e justa recuperação económica, que deveria servir como base a ações preventivas e proativas de saúde pública, para além da Covid-19, tendo em vista a eliminação de desigualdades sociais geradoras de doença nos países mais pobres.

O papel e capacidade de intervenção da OMS deve ser revisto e mecanismos de cooperação na Saúde Global devem passar por uma perspetiva mais globalista e menos estatista.